



Blumenau em cadernos

TOMO XXIX

Outubro de 1988

N.º 10

A QUEM DEVEMOS A REGULARIDADE DESTAS EDIÇÕES

A FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU", editora desta revista, torna público o agradecimento aos abaixo relacionados que, espontaneamente, contribuíram com recursos financeiros para garantir as edições mensais desta revista, durante o corrente ano:

TEKA — Tecelagem Kuehnrich S/A.

Companhia Hering

Cremer S/A. Produtos Têxteis e Cirúrgicos
Sul Fabril S/A.

Casa Willy Sievert S/A. Comercial

Gráfica 43 S/A. Indústria e Comércio

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A.

Tipografia e Livraria Blumenauense S/A.

Companhia Comercial Schrader

Buschle & Lepper S/A.

João Felix Hauer (Curitiba)

Madeiraira Odebrecht Ltda.

Lindner Herwig Shimizu — Arquitetos

Móveis Rossmark

Artur Fouquet

Joalheria e Ótica Schwabe Ltda.

Paul Fritz Kuehnrich

Casas Buerger

BLUMENAU EM CADERNOS

TOMO XXIX

Outubro de 1988

Nº. 10

S U M A R I O

Página

Autores Catarinenses - Enéas Athanázio	286
A Filha do Presidente Tovar e Albuquerque	289
Livros doados à Biblioteca	296
Subsídios Históricos	297
Movimento da Biblioteca em setembro	298
Figura do Passado - Udo Deeke	299
Empresa Auto-Viação Catarinense, uma semente lançada em 1928 e que se transformou em frondosa e vicejante árvore ..	302
Imigração Polonesa - Homens que atuaram na sua história ..	307
O Trabalho na Pedra	311
Livros - Brasil Quando José	212
Aconteceu - Setembro de 1988 - José Gonçalves	313
Videira resgata a memória histórica, inaugurando o Museu do Vinho	315

BLUMENAU EM CADERNOS

Fundado por José Ferreira da Silva

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina
Propriedade da FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

Diretor responsável: José Gonçalves — Reg. n.º 19

Assinatura por Tomo (12 n.ºs) Cz\$ 850,00 + 150,00 (porte) = 1.000,00
Número avulso Cz\$ 100,00 — Atrasado Cz\$ 200,00

Assinatura para o exterior Cz\$ 1.500,00 + 500,00 (porte) = 2.000,00

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal 425 — Fone: 22-1711

89.015 — B L U M E N A U — S A N T A C A T A R I N A — B R A S I L

Manifesto importante

Reunidos em Brasília, em 2 de agosto deste ano, os Secretários da Cultura de diversos Estados brasileiros lançaram um Manifesto em favor da preservação do Ministério da Cultura como entidade independente e nova experiência na vida cultural brasileira, cujos reflexos já podem ser sentidos, apesar de sua ainda curta existência. Pela sua importância, tomo a liberdade de transcrever as conclusões do referido Manifesto para conhecimento dos interessados:

“1. A instituição do Ministério da Cultura como órgão autônomo corresponde a uma das mais importantes conquistas democráticas inseridas no programa de ação da Nova República.

2. A recentíssima experiência do Ministério da Cultura ensejou realizações altamente positivas, como a promulgação e a operacionalização da LEI SARNEY, a criação da Fundação Pró-Leitura, da Fundação do Cinema Brasileiro, da Fundação Nacional Artes Cênicas e da Fundação Palmares, além da ampliação prática do conceito e dos objetivos das atividades culturais em todo país.

3. A crise que se manifesta em vários setores da vida nacional é reflexo de conjunturas próprias aos países em desenvolvimento e da transição política e institucional. A luta contra a crise deve ser enfrentada com a valorização da inteligência e da sua expressão cultural.

4. A extinção do Ministério da Cultura caracterizaria autêntica censura branca, incompatível com os rumos de liberdade pública, direitos e garantias individuais já consagrados no projeto da futura Constituição Brasileira.

5. A cogitação de se restaurar o sistema do velho regime, confinando as esperanças da cultura nacional a setores burocráticos e subalternos do Ministério da Educação, implicaria em retroceder a um tempo já vencido na História, quando o Estado tolerava a produção cultural desde que não afrontasse os seus códigos de dominação.

6. A perda da autonomia do Ministério da Cultura significaria a perda de espaço e estímulo da política cultural, frente às demais instâncias da administração pública em todos os seus níveis.

7. Longe de extinção ou fusão, o Ministério da Cultura deve ser fortalecido em seus órgãos e serviços, pois a experiência

a nível de estados, territórios e municípios estimulou um notável aumento de descentralização da cultura, com incentivo da produção regional e valorização da diversidade da cultura brasileira.”

— . — . — . — . — . — . —

Edições Lunardelli

Três novos títulos acabam de ser lançados pela Editora Lunardelli. O primeiro deles é “No Tempo da Calça Curta”, de Nereu Corrêa, em que o autor reúne suas memórias e confissões, prosseguindo na reconstituição memorialística de sua existência. Neste livro, abordando inúmeros episódios, o escritor recua à uma fase bem mais remota de sua vida que no seu livro anterior do mesmo gênero. Escrito com a mesma pureza habitual, no seu estilo muito pessoal e inconfundível, o novo livro de Nereu Corrêa tem momentos realmente enternecedores, ligados a um tempo já distante e que não volta mais.

Silveira Júnior, por sua vez, publica “Nossa Guerra Contra a Alemanha”, que ele próprio define como a crônica de um tempo de arbitrio. Embora esteja a narrativa fixada no período da Segunda Guerra Mundial, trata-se de um romance de ficção em que o autor mostra que a nossa guerra contra os alemães e seus descendentes, que viviam no Brasil, se dirigia contra pessoas erradas, pois essa gente contribuiu de maneira exemplar para o desenvolvimento de nosso país, especialmente em nosso Estado. O romance aproveita muito bem o assunto e a memória do autor, resgatando acontecimentos maiores e menores daqueles dias, contribuiu de forma decisiva para dar ao romance maior densidade e verossimilhança. Silveira Júnior é um escritor profícuo e seus trabalhos vêm se sucedendo com espaços bastante exigüos.

“Dias Velho e os Corsários” é o início de uma nova estante da Lunardelli. Trata-se da quadrinização de fatos da história catarinense elaborada por Eleutério Nicolau da Conceição e apresentada com grande esmero e qualidade gráfica pela Editora. A nova coleção procura despertar nos pequenos leitores o interesse pelos temas de nossa história, em geral apresentados de forma monótona e conservadora nos compêndios específicos, sem aguçar a imaginação que cria novos leitores.

Esse livro renova o velho debate a respeito das obras em quadrinhos que já deu margem a muita discussão. Discordam até hoje os pedagogos sobre a validade ou não desse recurso. Sustentam alguns que as obras desse gênero, ao invés de despertarem o amor pela leitura, criam uma tendência para a procura da facilidade, muitas vezes superficial, como é inevitável nessas publicações. No caso de nossa história, porém, tão pouco conhecida, a iniciativa da Lunardelli me parece louvável como esforço de divulgação.

— . — . — . — . — . — . —

Arquivo Público

A Associação dos Amigos do Arquivo Público acaba de publicar o ensaio “História do Município de Biguaçu”, de Iapcnan Soares,

um trabalho resultante de imensa pesquisa, em que o autor esquadri-
nhou todas as fontes disponíveis e uma bibliografia muito extensa.
O ensaísta, que também é crítico literário e articulista, tem predileção
por esse tipo de desafio, aprofundando-se em incansáveis leituras e
buscas para desvendar a realidade nos seus detalhes mínimos, como
autêntico historiador. Este livro é mais uma contribuição importante
que ele dá à historiografia catarinense.

A mesma entidade está publicando também mais um número
da Revista "Ágora", seu órgão oficial, contendo trabalhos de Walter
F. Piazza, Valéria Gouvêa Ghanen, Beat Richard Meier, Eliane Veras
da Veiga e Edison Mueller.

Já o mesmo Arquivo está publicando o "Índice Analítico da Re-
vista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina", em edi-
ção do mesmo IHGSC, trabalho completo e exaustivo de quanto foi
publicado naquele periódico durante toda sua existência, facilitando
as pesquisas dos interessados.

Lançamentos

A Editora Lunardeili promoveu, na sua loja da Rua Victor Mei-
relles, em Florianópolis, tardes de autógrafos com os escritores Nereu
Corrêa e Silveira Júnior, quando eles assinaram seus livros "No Tem-
po da Calça Curta" e "Nossa Guerra contra a Alemanha", numa pro-
moção que está ficando tradicional e que busca aproximar os leitores
dos autores catarinenses.

A Secretaria da Cultura do Estado promoveu o lançamento fes-
tivo, no saguão do Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), do "In-
dicador Catarinense das Artes Plásticas". Trata-se de um volume elab-
orado com grande esmero, resultante de intensas pesquisas e com
superior qualidade editorial. É uma obra que realmente faltava em
nossa bibliografia e que veio preencher um vazio notório. Observei
apenas, com surpresa, algumas omissões, a exemplo dos críticos Péri-
cles Prade e Vilson do Nascimento, ambos nomes importantes nessa
atividade, e do pintor Eugênio Schwallof, emérito intérprete da natu-
reza da região norte do Estado e que viveu longos anos na cidade de
Porto União, cuja obra obteve destaques e tem sido muito disputada,
em especial após a sua morte.

Anoto ainda a iniciativa da Associação Profissional de Escrito-
res de Santa Catarina (AESC) na criação da "Coleção Corruira", pe-
quenos livros de autores catarinenses, contendo seleções de suas obras,
e destinados mais diretamente ao público escolar. Livros baratos, de
apresentação caprichada, servirão para estabelecer um contato mais
frequente de nossos autores com os estudantes da literatura catarinen-
se, incentivando inclusive as visitas dos escritores às escolas, promo-
vidas e organizadas pela mesma AESC.

Anoto, por fim, o volume "Exercícios de Literatura Catarinense", de Pedro Aldeirice, espécie de coletânea de pequenas informações para os candidatos aos vestibulares e interessados em geral nas coisas de nossas letras. São "pilulas" sobre o assunto que às vezes simplificam em demasia os fatos e cometem injustiças de julgamento, nivelando numa só frase autores e fatos realmente importantes, com outros tantos destituídos de qualquer significação. Mas, como a literatura catarinense vive em verdadeira indigência no que se refere à divulgação, o trabalho do professor de Chapecó é uma contribuição.

A FILHA DO PRESIDENTE TOVAR E ALBUQUERQUE

Antônio R. Nascimento

João Vieira Tovar e Albuquerque governou Santa Catarina de 25.4.1817 a 15.5.1821, quando nosso Estado se chamava Província e seu governador era intitulado Presidente. Pertencia à nobreza lusa, sendo filho de Jerônimo Vieira Tovar e Silva e irmão do Barão de Molelos, Francisco de Paula Vieira da Silva e Tovar. Faleceu em Portugal, aos.... 13.5.1858, no posto de Brigadeiro, após brilhante carreira militar, tendo perdido um braço na batalha de "Índia Muerta" (19.11.1816, Campanha da Cisplatina), conforme informação do Prof. Walter F. Piazza (Dicionário Político Catarinense, pág. 24). Oswaldo Rodrigues Cabral o descreve como genioso e irascível (História de Santa Catarina e N. S.^a do Desterro, "passim"). No entanto, vê-se que, sob seu governo, foram efetuadas obras profícuas em Santa Catarina, como a criação da Intendência da Marinha e a fundação da Colônia Nova Ericeira, hoje Porto Belo, dentre outras.

A historiografia catarinense registra a presença de uma filha natural do Presidente Tovar e Al-

buquerque, que foi criada pelo Tenente-Coronel Francisco de Oliveira Camacho, em São Francisco do Sul, e que aí se casou, deixando ilustre descendência (Carlos da Costa Pereira, História de São Francisco do Sul, pág. 127 e obras citadas), silenciando acerca de sua biografia, que, no entanto, é significativa para a região de Joinville.

É possível que a Fazenda Santana, situada nas Três Barras, mais precisamente no "Porto do Cubatão de Curitiba", tivesse sido herdada por essa filha do Presidente Tovar e Albuquerque. Essa fazenda Santana, que media "uma légua de extensão, fazendo fundos no Rio dos Cavalinhos" (derivado de Luís Rodrigues Cavalinho, genro do fundador Manoel Lourenço de Andrade), pertencera, inicialmente, ao Padre Bento Gonçalves Cordeiro, que a obtivera "por sesmaria confirmada por sua Majestade" (ob. cit.). O Pe. Bento, natural de Parana-guá, então Província de São Paulo, era filho do Capitão Gaspar Gonçalves de Moraes, fora vigário de Parana-guá (1796 a 1797), de

Guaratuba (em época que desconhecemos) e de S. Francisco do Sul (de 1783 a 1806) e era irmão do Capitão Antônio Gonçalves de Moraes, a quem doou, em 1798, a Fazenda Roseira, que não logramos descobrir onde ficasse (Walter F. Piazza, *A Igreja em Santa Catarina*, pág. 237). Era também tio do Padre Vicente Ferreira dos Santos, filho do Tenente Antônio dos Santos Pinheiro, natural do Rio de Janeiro e de sua irmã Ana Gonçalves Cardoso ou Cordeiro, que foi o Vice-Presidente da República Catarinense, proclamada pelos forroupilhas em 07.8.1839. A sobrinha do Pe. Bento Gonçalves Cordeiro, D. Joaquina Ananias Dorotéia de Jesus, casou-se com o segundo cirurgião-mor de São Francisco do Sul, Vicente Pires Ferreira ou Teixeira, natural da Ilha de Santa Catarina. O Pe. Bento, ao deixar o vicariato, passou a viver na Fazenda Santana, onde erigiu uma capela no hoje Porto da Missa. Falecendo, deixou a fazenda "ao seu parente Joaquim Gonçalves da Luz" (idem *ibidem*), que foi juiz de paz da vila em 1833, quando era casado com Córdula Maria das Dores, sucedendo no cargo a seu parente Major Bento Gonçalves de Moraes Cordeiro (1831), filho do Capitão Francisco Leite de Moraes e de Maria Peregrina, e casado com Ana Maria de Andrade (batismo de Antônio, aos 30.6.1833, livro n.º 8). Aos 27.6.1821, Joaquim Gonçalves da Luz vendeu a Fazenda Santana a João Vieira Tovar e Albuquerque, representado na escritura pelo Coronel Cama-

cho (Costa Pereira, *ob. cit.*, pág. 127). Daí nossa suposição de que a Fazenda Santana tenha sido adquirida para dote da filha natural do Presidente Tovar e Albuquerque, uma vez que este foi para Portugal, no mesmo ano de 1821, e, segundo consta, nunca mais voltou ao Brasil.

Há que se registrar, porém, a dúvida que nos causa a existência da Fazenda de Três Barras, em 1829, de propriedade do Capitão Cândido Joaquim de Santana, filho do Tenente João de Deus de Santa Ana, natural de Pernambuco, e de Clara Joaquina de Bittencourt, natural da Ilha de Santa Catarina, casado, na Capela de São João Batista de Itapocorói, com Alexandrina Maria das Neves, filha de Manoel Caetano Vieira e de Maria das Neves, ambos naturais da freguesia de Santo Antônio da Ilha de Santa Catarina (batismo do neto José, aos 27.2.1833, no livro n.º 8, filho de Manoel Gomes de Oliveira e de Ana Joaquina de Santa Ana). Se ele fosse simples morador da Fazenda Três Barras, como nos informa Carlos da Costa Pereira (*ob. cit.*, pág. 107), não se ofereceria "para dispor, ordenar e administrar o caminho que se devia abrir do Porto de Cima para Curitiba, voluntariamente e sem estipêndio, pedindo a abertura de uma contribuição voluntária para esse caminho e demonstrando as vantagens da sua abertura para esta vila, vindo os animais serra-abaixo carregados". Parece-nos, contudo, que esse caminho já se encontrava aberto desde tempos

SUL FABRIL Um nome que todo o Brasil conhece porque é etiqueta das mais afamadas confecções em malhas de qualidade inconfundível e que enriquece o conceito do parque industrial blumenauense

muitos mais remotos, conforme artigo de Carlos da Costa Pereira, publicado no Boletim n.º 15 (julho e setembro de 1960) do Centro Excursionista "Monte Crista" e reproduzido em Blumenau em Cadernos (Tomo IV, n.º 2, fevereiro de 1961, pág. 21, artigo do Pe. Raulino Reitz), pois, em 24.12.1757, o Ajudante Antônio Pereira da Silva (morto com 90 anos, aos 29.8.1789, deixando viúva Paulo Moreira e vários filhos) dissera à Câmara que "a ocasião não era favorável aos trabalhos da ABERTURA DO CAMINHO DA SERRA." Aos 06.5.1758, a mesma Câmara incumbiu a João Mor Vieira "de abrir a picada de Curitiba". Aos 15.5.1799, Manoel Francisco Leite, natural da freguesia de N. S.ª do Loureto de Jacarepaguá, Rio de Janeiro, casado com Helena Gomes, batizada na Vila de S. Sebastião, era nomeado juiz pedâneo do Distrito de Gibraltar, a fim de fiscalizar "as congonghas vindas da Vila de Curitiba". Aliás, seu filho João Francisco Leite casou-se com Ângela Maria da Veiga, natural da Vila de S. Luiz de Guaratuba e filha de João da Veiga Coutinho, natural de São José de Curitiba, revelando assim o estreito relacionamento que havia então entre a serra e o mar (livros n.ºs 5 e 8 de batismos).

Ante tais fatos, é difícil distinguir a Fazenda das Três Barras da Santana, herdada que foi, segundo presumimos, pela filha natural do Presidente Tovar e Albuquerque.

O Tenente-Coronel Francisco de Oliveira Camacho, nascido aos 07.4.1784, filho de pai de igual nome e de Isabel Maria de Jesus (Dicionário Político Catarinense,

pág. 125) não teve filhos de seu casamento com Rosa Inácia de Jesus. O pintor franco-argentino Jean Leon Pallière, em seu "Diário de Viaje por la América del Sud" (Ediciones Peuser, Buenos Aires, 1945), citado por A.A. da Luz (Blumenau em Cadernos, Tomo XIII, pág. 176), assim se refere à mulher do Coronel Camacho:

"Não havia tido filhos e, para satisfazer sua natureza carinhosa, criou uma quantidade de afilhados (inclusive a filha natural de Tovar), crianças sem família, que estavam quase mortas, com um pé na cova, como ela dizia, chorando todos os defuntos que lhes haviam precedido."

Em 1860, segundo o mesmo autor, o Coronel Camacho era um ancião de cerca de 80 anos, tinha um cavalo brioso e morava numa planície rodeada de montes elevados, que era "um lugar de encanto". Foi ele quem construiu a estrada de S. Francisco do Sul à barra do Araquari, em 1818, com seus próprios recursos e a mando do Presidente Tovar e Albuquerque, o que nos leva a supor que a finalidade foi a de melhorar o acesso à Fazenda Santana, a qual, certamente, legou à sua filha natural. Aliás, só em 12.3.1836, quando do batismo do filho de Severiano Pereira Dias e de Ara Dias da Conceição, vamos encontrar a denominação de VILA DO PARATI DO MORRO. Antes disso, a população se dispersava pelo "Rio de Assaguaçu", "Barra do Araquarim", "Rio Velho de Assaguaçu", "Distrito do Taboleiro da Barra Velha", "Rio do Parati", "Rio de Paranaguá-mirim" (em

grande número), "Canasvieiras", "Costeira de Pernambuco", "Rio dos Pinheiros", "Rio Aririú" (atual Iririú), "Costeira da Alvarenga", "Jaguaruna Grande", "Distrito de Gibraltar", "Arriolas", "Lagoa do Itapicu", etc. (livro n.º 8 de batismos). É muito provável, igualmente, que o estabelecimento do Coronel Antônio João Vieira no Rio de Paranaguá-mirim tenha sido de iniciativa do Coronel Camacho, com vistas ao povoamento mais denso da região e, com isso, à valorização de suas terras e das da filha natural do Presidente Tovar e Albuquerque. O Tenente-de-Marinha Antônio João Vieira, batizado na "freguesia do Santíssimo Sacramento da Cidade do Rio de Janeiro", filho de Manoel Antônio Vieira, natural da Ilha do Pico, e de Petronilha Aurélia de Jesus, natural da Ilha do Faial, casou-se, em São Francisco do Sul, com Aguiça Dias do Rosário, filha de Manoel Dias do Rosário e de Úrsula Francisca Xavier, esta filha de João Budal Arim (Pedro Budal e Francisca Arim), passando a morar em sua fazenda no Paranaguá-mirim, onde também se estabeleceu José da Rocha Coutinho, filho de pai de igual nome e de Maria Miguelina de Jesus, casado com Ana Dias da Silveira, filha de Gonçalo Dias da Silveira e de Catarina Dias do Rosário, neta paterna de Geraldo da Silveira, natural de Paranaguá. Tanto isso é provável que só 20 anos antes da fundação de Joinville, como constatamos. São Francisco do Sul passou a contar com professor de primeiras letras: Manoel Joaquim Pinheiro, natural de Santos, filho de Antônio Gonçalves Pinheiro Ribas e de Ana Maria da Costa, casado com Ana Andreza de Jesus, natural de

Iguape, filha de Antônio de Guimarães e de Gertrudes Maria de Jesus (batismo de Manoel, aos 21.3.1831), que, aliás, sugestivamente aparece como padrinho em inúmeros batismos da época, ao lado da filha natural do Presidente Tovar e Albuquerque, a indicar que não foi por acaso o ensino das primeiras letras aos franciscanos (a escola tinha o caráter público e, em 1828, contava com 23 alunos). Basta ver que a Penha, desmembrada que fora do território de São Francisco do Sul, assim como Joinville, já contava com professor público em 1853, apenas 25 anos depois (Jacinto Zuzarte de Freitas, filho natural do cirurgião-mor Vicente Zuzarte Pinto de Freitas, e de Maria Thomásia, neto paterno do Capitão Vicente Zuzarte de Freitas e de Damiana Zuzarte de Jesus, e de Tomás Dutra dos Santos e de Ana Gonçalves de Farias, pelo lado materno). O Tenente e Professor Vicente Zuzarte de Freitas, aliás, era adversário político do Cel. Camacho, conforme informação de J. Ferreira da Silva (Política de Arraial, Blumenau em Cadernos, Tomo II, pág. 21).

De acordo com informações de família, a filha natural do Presidente Tovar e Albuquerque descendia de Miguel de Sousa Melo e Alvim, filho do Morgado de Olaia, Antônio de Sousa de Melo e Alvim, e de Maria Bárbara da Silva Torres, também Presidente da Província de Santa Catarina (1830-1831). Criada e educada pelo Coronel Camacho e por sua mulher, tinha sido batizada "na freguesia de São Miguel de Santa Catarina", conforme se vê no assento batismal de Carolina, aos 30.5.1837, filha de Antônio Pinto e de Maria Rosa, onde foram pa-

drinhos: "José Vieira Rabello, de Itapocorói, e Carolina Rosa de Albuquerque" (livro n.º 8 de batismos). Aliás, sua ida para São Francisco do Sul deve ter produzido grande impacto sócio-cultural nos francisquenses, pois, a partir de então, o nome Carolina tornou-se popular, sendo que não havia registro dele antes disso.

Em princípios de 1840, ao que supomos, casou-se Carolina Rosa Tovar e Albuquerque com o Capitão Chrispim Gomes de Oliveira (depois, Major), da ilustre família de mesmo apelido, cujo genearca foi o Alferes José Gomes de Oliveira, filho do Capitão Manoel Gomes Galhardo e de sua primeira mulher Vicência de Oliveira (Gomes do pai, Oliveira da mãe). Na falta dos livros eclesiásticos, presumimos que seu marido fosse filho do Alferes Antônio Gomes de Oliveira e de Maria Correia da Silva (ou Sá), pois um "Chrispim Antônio de Oliveira", solteiro, foi padrinho de Salvador, aos 31.12.1837 (livro n.º 8 de batismos), na mesma época em que Carolina também o era. E, pelo que logramos apurar, era costume francisquense, talvez para evitar a homonímia em famílias de mesmo patronímico, o filho pospor ao prenome o do genitor, como se vê nos seguintes exemplos: José Antônio de Oliveira Cercal, filho de Antônio de Oliveira Cercal, José Antônio da Costa Cidral, filho de Antônio da Costa Cidral. No caso dos Gomes de Oliveira, vemos que, no assento batismal de Maria, aos 11.8.1833 (livro n.º 8 citado), filha de José Antônio de Oliveira e de sua mulher Maria Pereira Lima, neta paterna de Antônio Gomes de Oliveira e de Maria Ribeira de Sá ou Silva, e materna de João Pereira Lima e de

Margarida Dias de Siqueira, padrinho é um Manoel Antônio de Oliveira, solteiro, o qual, certamente, era o tio paterno da criança, como era de praxe da época, assim como o referido Chrispim Antônio de Oliveira. O Major Chrispim Gomes de Oliveira, então, seria filho do Alferes Antônio Gomes de Oliveira, neto paterno do Alferes José Gomes de Oliveira e de sua primeira mulher Bárbara Pereira (a segunda foi Leonor Lemes de Cerqueira, mãe do Sargento-mor José de Oliveira Borges), e neto materno de Miguel Teixeira de Sousa e de Maria Ribeira de Sá ou Silva (pais dos alferes José e Manoel Ferreira de Sousa).

Segundo informações da família, igualmente, a filha do Presidente Tovar teria tido os filhos Maria (Mariquinha) e Sérgio Gomes Tovar e Albuquerque (inventariante dos bens de seu genitor em 1888). Mariquinha casou-se com Augusto Stock, que foi açougueiro em Joinville e deixou ilustre descendência teuto-brasileira: Dalila, casada com o Prof. Wenceslau Muniz; Rosina, casada com o Sr. Júlio Machado, seu primo-irmão, filho de D. Januária (Januca), também filha do Major Chrispim Gomes de Oliveira. Entretanto, pesquisando os registros eclesiásticos de casamento (de n.º 7, o primeiro que se encontra), encontramos o casamento de Caetano José Pereira com Cândida Rosa Gomes de Jesus, aos 09.4.1864. O casamento realizou-se "em casa de morada de D. Rosa Inácia da Conceição", certamente a viúva do Cel. Camacho, que morrera em Joinville, aos 14 de julho de 1862 (Dicionário cit., pág. 126) e cujos bens foram inventariados nesse mesmo ano (ar-

quívoo judiciário da Comarca), sendo que a noiva era filha natural do Capitão Chrispim Gomes de Oliveira e de Antônia Maria da Conceição". Testemunhas foram: Januário José Machado e "Virgílio Valério Gomes Touvar" (sic). Esse Virgílio, com toda certeza, era também filho do Major Chrispim Gomes de Oliveira e, portanto, neto do Presidente Tovar e Albuquerque. No livro n.º 13 de batismos, deparamo-nos também com os batismos dos seguintes filhos do casal Chrispim Gomes de Oliveira e Carolina Rosa Tovar e Albuquerque: Chrispim, batizado aos 13.3.1858, e Afonso, aos 06.3.1859, com um mês de idade. Assim, quatro foram os filhos do casal e netos do Presidente Tovar e Albuquerque: Virgílio, Maria, Sérgio, Chrispim e Afonso.

O Major Chrispim Gomes de Oliveira era irmão do Alferes João Gomes de Oliveira, casado com D. Leocádia Machado, pais de Procópio, batizado aos 28.8.1859, com a idade de dois meses (livro n.º 13 de batismos). Sabe-se que João Gomes de Oliveira radicou-se nas proximidades do atual Cubatão em Joinville. Não o seria em terras do que fora a Fazenda Santana?

Os descendentes de João e Chrispim Gomes de Oliveira foram genitores e progenitores de proeminentes figuras da sociedade joinvilense. Por isso, vale o registro da genealogia dessa Família tão representativa. O Alferes José Gomes de Oliveira, filho do Ca-

pitão Manoel Gomes Galhardo e de sua primeira mulher Vicência de Oliveira (v. batismo de José, aos 17.8.1800), casado, em primeiras núpcias, com Bárbara Pereira, e, em segundas, com Isabel Antônia de Miranda, filha de José de Miranda Coutinho, natural de Paranaguá, e de Ana Fernandes da Silva, teve os seguintes filhos: Alferes Joaquim Gomes de Oliveira, casado com Maria Catarina de Miranda, filha de José Manoel de Miranda Coutinho e de Ana Joaquina de Andrade (filhos: Ana, 8.11.1802, José, 3.3.1804, Manoel, 20.7.1806), depois casado com Ana Pereira Lima (filha Isabel, 12.1.1834); Capitão Salvador Gomes de Oliveira, casado com Rita Clara de Miranda (José de Miranda Coutinho e segunda mulher Clara Correia de Lemos), pai de Maria (batizada aos 26.8.1798), Rita (26.12.1802), Bárbara (3.3.1805) e Ana Maria, casada com João Jacinto Pereira, filho do Capitão Manoel Pereira da Costa; Alferes Antônio Gomes de Oliveira, já referido, pai de Chrispim e de João Gomes de Oliveira, além de José (9.3.1801), Antônio (18.10.1799) e Pedro (13.6.1803, que parece ser o Pedro Celestino de Oliveira em 1833); Maria, casada com o alferes Manoel Carvalho Bueno, irmão do Capitão-mor Antônio Carvalho Bueno, avô do Padre Nóbrega; Ana, casada com o Tenente José Antônio de Miranda, filho de José de Miranda Coutinho, mãe de José (31.10.1797) e de Maria (3.10.1802). De seu segun-

CREMER Produtos têxteis e cirúrgicos. Conserva através dos anos o conceito de qualidade superior no que fabrica, garantindo com isso um permanente mercado absorvente nas Américas e noutros continentes, levando em suas etiquetas o nome de Blumenau.

do casamento, com Isabel Antônia de Miranda, filha de José de Miranda Coutinho e de sua primeira mulher Ana Fernandes da Silva, o Alferes José Gomes de Oliveira teve os seguintes filhos: Maria do Nascimento de Jesus, casada com João Pereira Liberato, natural do Porto, pais de Francisco (2.12.1832), Joaquim (1.º.9.1834), João e José Pereira Liberato, que foram para Itajai e deixaram inúmeros e relevantes descendentes; Maria Carolina de Nazaré, casada com Marcelino Nunes Cardoso; e Manoel Gomes de Oliveira, casado com Ana Joaquina de Santa Ana, filha do Capitão Cândido Joaquim de Santa Ana, acima referido e morador ou proprietário da Fazenda das Três Barras.

Dentre os descendentes de Joaquim Gomes de Oliveira, destacamos sua filha Úrsula Florência de Andrade, moradora na Costeira do Estaleiro, onde era casada com Jacinto Borges Pinto, filho de pai de igual nome, que, aos 11.11.1803, no batismo de sua filha Ana, chamou-se José Vicente, com a seguinte anotação eclesiástica: "tinha mudado o nome porque assim lhe era preciso". Viera da "freguesia da Vila do Morro de São Paulo da Bahia", casando-se com a francisquense Maria Madalena, a qual, por sua vez, tinha "pai incógnito". No batismo de Honório, aos 20.5.1832, Úrsula Florência de Andrade é dada como filha de Joaquim Gomes de Oliveira e de Catarina Maria de Miranda, mas, no de Joaquim, aos 12.8.1837, e no de Ana, aos 9.4.1830, anotou-se tão-só que era filha de Ana Maria dos Santos. Outro dos muitos mistérios francisquenses que talvez nunca sejam desvendados.

A genealogia dos Gomes de Oliveira é parte integrante da História de São Francisco do Sul e de Joinville. Maria Rita de Jesus, por exemplo, filha do já referido Capitão Salvador Gomes de Oliveira, casou-se com o Alferes Miguel de Miranda Coutinho, nascido aos 4.5.1803, juiz almotacé em setembro de 1826, filho do Capitão Francisco de Miranda Coutinho e de Ana Jacinta Pereira (batismo de Miguel, aos 12.11.1820), neto paterno do Capitão Miguel de Miranda Coutinho e de Isabel da Silva de Carvalho, sobrinho do Capitão Manoel Pereira da Costa.

O sétimo prefeito de Joinville, Francisco Machado da Luz (1881 a 1883), casou-se, em segundas núpcias, com a já referida Januária Gomes (Januca), também filha de Crispim Gomes de Oliveira e de Carolina Rosa Tovar e Albuquerque (Elly Herkenhoff, Joinville — Nossos Prefeitos, pág. 31), revelando, uma vez mais, a importância que a filha do Presidente Tovar teve no desenvolvimento sócio-econômico da região. Francisco Machado da Luz era filho de Francisco Machado Pereira e de Esther Joaquina Gonçalves de Araújo, neto paterno de João Machado Pereira, natural de S. Miguel (SC), e de Ana Maurícia da Trindade, irmã do Cel. Camacho, sendo bisneto paterno de Manoel Machado Gallo, da Ilha Terceira, e de Ana Maria do Espírito Santo, natural da Ilha do Faial. Casou-se, em primeiras núpcias, aos 12.11.1866 (livro n.º 7 de casamentos), com Maria Bárbara, filha do Tenente Joaquim José Tavares e de Bárbara Maria, esta filha do referido Alferes João Gomes de Oliveira. Sua mãe, Esther Joaquina Gonçalves de Araújo,

ao que supomos, era filha do Sargento-mor Leandro José de Araújo, vereador francisquense em 1821, e parente dos Gonçalves Cordeiro de Moraes, por parte de sua genitora (livro de vereanças de 1821 em diante).

Ao lado dos Fernandes Dias, dos Oliveira Cercal, dos Carvalho Bueno, dos Tavares de Miranda, dos Miranda Coutinho, dos Costa Cidral e de tantos outros patronímicos ilustres, os Gomes de Ci-

veira podem ser considerados os grandes representantes da comunidade luso-brasileira de São Francisco do Sul e, depois, de Joinville, uma vez que membros de seu clã sempre ocuparam cargos de responsabilidade ao longo dos anos. Tanto isso é verdade que a filha do Presidente Tovar e Albuquerque, detentora de foros de nobreza lusa, casou-se na família Gomes de Oliveira, deixando não menos ilustre descendência na terra brasileira.

Livros doados à Biblioteca

Mais um registro fazemos com a maior satisfação, pela doação de livros que chegou à Biblioteca "Dr. Fritz Müller". São obras importantíssimas que vêm se incorporar às muitíssimas já recebidas por doação no corrente ano.

A comunidade blumenauense sabe bem que os recursos da Fundação "Casa Dr. Blumenau" para aquisição de livros, são limitados e impossível, será, com os mesmos, atender às exigências dos nossos leitores.

Por isso, doações como essas que temos recebido são da maior importância para o enriquecimento de nossas estantes. Somos, pois, gratos aos novos doadores que acabam de enviar suas obras para as estantes de nossa Biblioteca. São eles:

Paulo Rubens de Moraes Lima, Cx. Postal, 1277 — Blumenau, com a doação de 66 volumes.

Yone Boos — Rua 7 de Setembro, 1879, com 42 volumes.

Bozano Simonsen — Avenida Rio Branco, 138/5.º andar — Rio de Janeiro, 2 volumes.

Alberto Mueller — Rua São Bento, 127 — Blumenau — 234 livros.

Maria Aey de Souza Cabelleira — Rua Victório Alcântara, 189 Blumenau — 32 volumes.

Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro — 8 volumes.

Bernardete Brunning — Rua Henrique Avé Lallemand, 158 — Blumenau — 21 volumes.

CIA. HERING O pioneirismo da indústria têxtil blumenauense e a marca dos dois peixinhos, estão integrados na própria história da colonização de Blumenau e o conceito que desfruta no mundo todo é fruto de trabalho e perseverança em busca do aprimoramento de qualidade.

Subsídios Históricos

Coordenação e Tradução: Rosa Herkenhoff

Excertos do "Kolonie-Zeitung" (Jornal da Colônia), publicado na Colônia Dona Francisca, Joinville, a partir de 20 de dezembro de 1862.

Notícia de 15 de dezembro de 1863:

Dona Francisca — Nos dias 1, 3, 4 e 5 de dezembro realizaram-se os exames escolares deste ano. A 1.º de dezembro realizou-se o exame na Escola Pública Masculina de Joinville, freqüentada por 85 meninos e 18 meninas. Os alunos surpreenderam pelo bom aproveitamento em todas as matérias. Sobretudo a primeira classe merece elogio especial. Entre outras matérias, deve-se reconhecer o bom adiantamento dos alunos na Língua Portuguesa, assim como na Gramática Alemã, na Matemática, com a solução de problemas difíceis e também em Geografia. Em vista do grande número de faltas verificadas durante o ano, merecem louvores os estudantes.

A 3 de dezembro realizou-se o exame na Escola Pública Feminina. O adiantamento das meninas em todas as matérias foi excelente, graças a eficiência da professora, pois o número de alunas é de 40 matriculadas, a freqüência, porém, é bastante falha.

No dia 4 de dezembro prestaram exames os alunos de Annaburg, sendo 60 alunos, de ambos os sexos. Também demonstraram bom aproveitamento, principalmente em Religião, Matemática e Geografia. A Escola tem renome pela disciplina ali reinante e pelo adiantamento dos alunos. Infelizmente, porém, a freqüência foi bastante falha, pois alguns alunos faltaram a 90 dias letivos, demonstrando, assim, que os alunos corresponderam ao esforço de professor.

Os exames na Escola Particular do Sr. Jacob Müller realizaram-se a 5 de dezembro. Os alunos, 22 meninos e 4 meninas, estavam bem preparados em todas as matérias principalmente em Língua Portuguesa e Geografia.

Notícia de 22 de dezembro de 1866:

Movimento Escolar. — O Instituto de Educação e Ensino de Madame Drusina, que já contava com a freqüência de alunas de outras localidades, matriculou há poucos dias, três novas alunas, sendo duas de Desterro e uma de Tijucas.

Notícia de 26 de janeiro de 1867:

Dona Francisca — Serviço postal. De acordo com o Artigo 35 do Decreto 3.443 de 12 de abril de 1865, do Regulamento dos Correios, a Direção Geral dos Correios do Rio de Janeiro, resolveu criar a 3 de janeiro do corrente ano, uma agência postal para a Colônia Dona Francisca, nomeando agente o sr. J. H. Auler. Para o desempenho do cargo, a Direção dos Correios de Desterro deverá baixar, em breve,

as necessárias instruções. Registramos com prazer mais este passo em prol do progresso da Colônia.

Notícia de 16 de fevereiro de 1867:

Dona Francisca. — **Condecoração.** O diretor de nossa Colônia, sr. Johann Otto Louis Niemeyer, que se encontra no Rio de Janeiro desde o dia 22 de dezembro, a fim de tratar da renovação do contrato entre o Governo Imperial e a Sociedade Colonizadora de 1849 de Hamburgo, importantíssima para a Colônia, foi agraciado por S. M. c Imperador D. Pedro II, com a insignia da Ordem da Rosa, em reconhecimento de seus serviços prestados à Colônia.

Notícia de 23 de fevereiro de 1867:

Dona Francisca. — O júri geral da Segunda Exposição Nacional de Desterro concedeu os seguintes prêmios: Na Colônia Dona Francisca, — 1. — B. J. Poschaan, pelo açúcar branco ao preço de 4\$500 Réis a Arroba, a Medalha de Prata. 2. — August Kalotschke, por óleo de colza. 3. — Louis Wetzel, por velas de cera e cebo. 4. — Kulturverein, por vários objetos, sobretudo pelos artigos de cordoeiro de A. Frehse. 5. — Arquitecto Albert Kroehne, por um modelo da ponte sobre o Pirai. 6. — Heinrich Lepper, por vasos de cerâmica. Os últimos cinco receberam Menção Honrosa.

Blumenau. — 1. — Koth, por açúcar. 2. — Kleine, por tabaco e charutos. 3. — Marx, por tabaco em folhas. 4. — Zimmermann, por açúcar branco, ao preço de 4\$500 Réis a Arroba. 5. — W. Rödel, por inglesa. 6. — o Diretor, por amostras de algodão e uma mesa de H. Robert e W. Hahn. Todos receberam Menção Honrosa.

A coleção completa do "Kolonie-Zeitung" faz parte do acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Movimento da Biblioteca em setembro

Durante o mês de setembro último, a Biblioteca "Dr. Fritz Müller", da Fundação "Casa Dr. Blumenau", registrou o seguinte movimento:

Obras existentes já catalogadas no mês anterior — 18.087 livros, de generalidades diversas. Durante o mês, foram catalogadas e registradas mais 142, totalizando 18.150 obras que estão à disposição do público leitor. Existem ainda alguns milhares de livros de variadas características, que estão na Biblioteca, adquiridos ou doados por numerosas pessoas da comunidade blumenauense e que vêm sendo registrados e catalogados, sendo que até fins do corrente ano, em sua maioria estarão à disposição dos usuários.

O número de inscrições durante o mês foi de 71 — novas inscrições, novos leitores. Os empréstimos de obras diversificadas durante o mês foram de 542 livros. Durante o mesmo período, verificou-se um movimento de 1.601 consultas em obras diversas.

FIGURA DO PASSADO

UDO DEEKE

No dia 24 de setembro de 1985, falecia em Blumenau uma das figuras de maior destaque na comunidade local e de Santa Catarina e com um enorme acervo de serviços prestados ao seu Estado.

Falecia naquele dia o Engenheiro Udo Deeke.

O seu falecimento repercutiu em todo o Estado catarinense e, pelos cargos que ocupou no cenário político blumenauense e catarinense, seu desaparecimento foi registrado com luto oficial em todo o município de Blumenau, quando o prefeito blumenauense justificou que "Udo Deeke se tornou credor da admiração e profundo respeito e reconhecimento do povo blumenauense e por isso, nada mais justo do que prestar-se essa homenagem".

Udo Deeke nasceu em Blumenau a 29 de dezembro de 1905. Era filho do agrimensor Caetano Deeke e Rosália Deeke. Estudou inicialmente em sua cidade natal, depois em Florianópolis e na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se formou em Engenharia, em 1928. No ano seguinte, empregou-se na Internacional Machinery Company, onde permaneceu até 1930, passando a exercer a Chefia do Serviço Técnico da Diretoria de Terras e Colonização de Santa Catarina. Foi chefe da Seção Técnica da Inspetoria de Estradas de Rodagem e de Minas, diretor de Obras Públicas e Serviço de Água, Esgoto, Luz e Força de Florianópolis. Na sociedade blumenauense foi sempre destaque pelo seu cavalheirismo, gere-

rosidade, que caracterizava o homem simples e afetivo.

Para bem definir a figura de Udo Deeke e perpetuar sua memória em "Blumenau em Cadernos", valemo-nos hoje do notável e correto trabalho de João Maria Deeke, ex-titular da Diretoria de Obras Públicas da Prefeitura de Blumenau, engenheiro consultor do Estado de Santa Catarina e professor da FURB, o qual, no dia 23 de outubro do mesmo ano, escreveu a seguinte biografia da grande figura que foi o Engenheiro Udo Deeke:

UMA GRANDE VIDA, GRANDE EXEMPLO

João Maria Deeke

"Não há bem que sempre dure...". Cumprindo as palavras do adágio popular, no dia 24 de setembro próximo passado em Blumenau, faleceu o engenheiro Udo Deeke. Filho ativo desta cidade ocupou nobres funções como diretor da diretoria de Obras Públicas dos governos Nereu Ramos e Aderbal Ramos da Silva, secretário de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas e Agricultura do interventor federal Luiz Gallotti, engenheiro chefe do Serviço Técnico da Diretoria de Terras e Colonização, engenheiro chefe da Seção Técnica da Inspetoria de Estradas de Rodagem, presidente da Comissão Estadual de Energia Elétrica e também interventor federal, no governo Eu-

rico Dutra, quando presidiu as primeiras eleições democráticas da Constituição de 1946, em Santa Catarina.

Estes cargos o Dr. Udo Deeke enobreceu com o seu grande caráter, reconhecida proficiência técnica e administrativa, extraordinário espírito público, imprimindo a todos um estilo ameno decorrente de sua inequívoca personalidade, severo no cumprimento do dever, ensinando a todos pelo exemplo, com grandeza sublimada e humildade, sem subserviência.

Este blumenauense de saudosa memória fez o curso secundário no Ginásio Catarinense e graduou-se no curso de Engenharia Civil, da Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro, antecessora da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, tendo convivido intimamente com o engenheiro Emílio Eaumgart, introdutor do concreto armado no Brasil, anunciando um futuro brilhante para o jovem catarinense.

Mas, necessidades afetivas, decorrentes de problemas familiares, atuaram como força do destino e o trouxeram de volta a Santa Catarina.

O doutor Nereu Ramos, conhecedor da sua competência profissional e idoneidade moral, nomeou-o projetista e construtor de obras do seu grande governo. Nesta tarefa teve notável desempenho, construindo, dentre outros, o complexo das colônias Sant'Ana e Santa Tereza, os centros de saúde e as edificações escolares que marcaram indelévelmente o sistema educacional do Estado, que na

época tornou-se modelo para o País.

Tão exitosa foi a sua atuação na administração pública, que o Partido Social Democrático, entendendo ser necessária a sua capacitação de engenheiro e o seu patriotismo, candidatou-se à sucessão do governador Aderbal Ramos da Silva, para competir com Irineu Bornhausen, da União Democrática Nacional, coligada com o Partido Trabalhista Brasileiro, pleito em que foi derrotado.

Em 1950, assumiu a direção da Empresa Força e Luz de Santa Catarina, concessionária dos serviços de eletricidade para o Vale do Itajaí, quando exerceu atividade de planejamento e obras, em aproveitamentos hidrelétricos, tendo construído o complexo Cedros-Palmeiras, com o potencial de 17.000 kw. Nesta empresa exerceu também exitosa atividade administrativa e organizacional, alcançando por isso excepcional produtividade e rendimento, dando-lhe um padrão de comparação para as congêneres no País.

No governo Celso Ramos, quando ficou decidida a sua incorporação à Centrais Elétricas de Santa Catarina, por decorrência da política recomendada para o setor, mais uma vez, impressionou os analistas pela capacidade de prestação de contas dos investimentos realizados e a qualidade de informações de natureza técnica transmitidas.

Na Celesc administrou o setor de Blumenau até a sua aposentadoria, mas continuou sempre preocupado com os problemas catarinenses.

Contou-me o preclaro e saudoso conterrâneo Alfredo Cam-

pos, seu diretor adjunto na Força e Luz de Blumenau, com a memória que lhe era peculiar, uma passagem honrosa da história política de Santa Catarina.

Quando era interventor federal verificou num determinado momento, que num ato inadvertido promoveu indevidamente um funcionário; assim, chamou o diretor do Tesouro, desfez o ato e, autorizou-o a descontar dos seus vencimentos de interventor, parcelas mensais, até atingir o montante dos danos cometidos ao erário estadual.

Foi com atitude como esta, de elevado conteúdo ético e moral, atributos do seu nobre caráter e desapego ao interesse pessoal, que contribuiu para dignificar a sua geração de homens públicos.

Como conselheiro, muita ajuda praticou, eu mesmo fui beneficiado, quando engenheiro diretor na Prefeitura Municipal de Blumenau, tendo colhido gratificantes ensinamentos, que utilizei na minha função, tanto nas áreas técnica, quanto administrativa.

No governo Celso Ramos, honrou-me com a força do seu eminente prestígio para duas indicações, a primeira para ser prefeito provisório para implantar o município de Balneário Camboriú e a segunda para participar no projeto Canambra, do Banco Mundial, no Canadá, representando a Celesc, destinado a realizar

os planejamentos elétricos para o Sul do País. Ambos frustrados, o primeiro pela dinâmica própria da política e o outro por motivos de "economia".

No magistério emprestou sua colaboração idealista no curso de Engenheiros Geógrafos do Instituto Politécnico de Santa Catarina, lecionando com grande competência as cadeiras de Hidráulica Teórica e Aplicada e Geometria Descritiva.

Era sócio benemérito da Associação Catarinense de Engenheiros, da Associação dos Engenheiros do Vale do Itajaí, possuía numerosas condecorações, dentre elas, a condecoração de honra ao mérito e medalha e diploma por 40 anos de serviços prestados, outorgado pela Federação Nacional dos Engenheiros.

Deixa viúva dona Olga Weikert Deeke, impecável exemplo de dignidade, de mãe e companheira e filhos, professora Marita Deeke Sasse, casada com o professor Victor Fernando Sasse e o engenheiro Henrique José Deeke, casado com Lilian Platt Deeke e 7 netos, herdeiros do seu patrimônio moral e intelectual e da reconfortadora afeição do povo catarinense.

É o registro que me compete fazer, instado por amigos comuns, pelo seu desaparecimento que empobrece a sociedade estadual onde era indiscutível reserva moral.

TEKA É uma sigla que se impõe pelo conceito adquirido no ramo têxtil blumenauerse. Seus produtos da mais alta qualidade, se destacam não só no mercado interno, como no internacional. Já é tradição os consumidores nacionais e internacionais ligarem o nome TEKA a produtos indústrias têxteis da mais alta qualidade.

Empresa Auto-Viação Catarinense, uma semente lançada em 1928 e que se transformou em frondosa e vicejante árvore

José Gonçalves

Este ano a Empresa Auto-Viação Catarinense, a mais conceituada entre as maiores do sul do Brasil, está registrando 60 anos de início de trabalhos. Podemos dizer que a modesta semente lançada há 60 anos por Theodor Darius e João Hahn, naqueles idos da década de 1920, teve um desenvolvimento e crescimento contínuo e hoje representa uma das mais belas, frondosas e vicejantes árvores tão bem cultivada e zelada pelos seus sucessores.

O dinamismo e tirocinio administrativo, a força de trabalho e coragem que caracterizou os fundadores, são qualidades que nunca faltaram aos seus sucessores e, em especial, aos que hoje assumem a responsabilidade de administrar o tão poderoso complexo de veículos que circulam por todo o sul do país, oferecendo os mais completos e confortáveis serviços de transporte de passageiros e segurança em transporte de carga.

Merecem, os atuais mandatários da E.A.V.C., toda admiração, aplausos e respeito da comunidade blumenauense, já que esta frondosa árvore fixou suas poderosas raízes aqui em Blumenau e daqui tem espalhado seus ramos pelos Estados sul e centro sul brasileiros.

O presente, na E.A.V.C., poderá, ao longo dos próximos anos, ser historiado nos seus mínimos detalhes. Mas, o passado,

precisa ser preservado na história, sempre que se obtenha, em pesquisas, as melhores informações sobre a origem de uma empresa que hoje é o orgulho justificado de todo o povo de Blumenau.

E fomos mais uma vez felizes no nosso objetivo. Junto à pessoas descendentes do fundador Theodor Darius, fomos encontrar documentos que representam o marco histórico desta empresa, em especial quando tais documentos — um deles, pelo menos — é o registro feito pelo próprio fundador, em carta que enviou a seus pais, na Alemanha, depois dos primeiros tempos de luta difícil que enfrentou como imigrante chegado a Blumenau.

Nessa carta — naturalmente escrita no idioma alemão — diz bem da odisséia vivida nos primeiros tempos aqui em Blumenau pelo então ainda jovem Theodor Darius. Ela espelha fielmente o quanto de coragem e perseverança, além do tirocinio, eram necessários já naquela época, para vencer as dificuldades interpostas no caminho de todos para chegar a uma situação estável.

A chegada de Theodor Darius a Blumenau deu-se no ano de 1924 e desde os primeiros dias de estada, foi um lutar contínuo, já que, apesar de tratar-se de um rapaz de acentuada cultura e inteligência privilegiada, não lhe foi fácil adaptar-se à situação. Mas estava ele disposto a pegar no

pesado, se necessário, uma vez que isso lhe abrisse o caminho do sucesso, como ele bem faz sentir nas entrelinhas de sua carta.

Este documento, que agora passa a fazer parte do acervo do Arquivo Histórico da Fundação "Casa Dr. Blumenau", a peça original escrita em alemão — mere-

"Blumenau, 24 de agosto de 1933.

Meus queridos pais,

na querida Alemanha.

Voltando ontem à noite de viagem, encontrei sua última carta. Como hoje tenho plantão noturno na firma, disponho de tempo para fazer uma retrospectiva da minha permanência aqui no Brasil. Devem estar magoados pela minha demora em escrevê-los. Creiam, não foi falta de tempo, nem tão pouco de reflexão mas sim, de certas inibições e dificuldades em concentrar-me. Não sei o que Paula já escreveu mas contarei desde o início. Assim ficarão sabendo de tudo e a mim fará bem recordar já que o pior passou e estou progredindo.

Nove anos se passaram desde a nossa chegada ao Brasil, cheios de planos e fantasias, com programas estabelecidos e espírito empreendedor. Com a realidade aqui encontrada, tudo desvaneceu. Imaginem, eu, comerciante, como poderia negociar se nem ao menos conhecia a língua e a legislação da terra, para escrever uma carta comercial. Como iria tratar com um freguês, sem conhecer o câmbio e o idioma? Aspec-

ce ser divulgado, porque ele servirá para o futuro pesquisador que nele sempre encontrará o histórico verdadeiro e admirável do nascimento de uma empresa que hoje, como dissemos antes, é orgulho para todos os blumenauenses e que se intitula: Empresa Auto-Viação Catarinense S/A. — Eis o conteúdo da carta:

tos que considero muito importantes, pois, em qualquer firma saberia muito menos do que o mais simples dos empregados.

Se não fosse casado e minha mulher não estivesse esperando o primeiro filho, teria sido fácil conseguir um emprego que me



O primeiro ônibus que iniciou a linha Blumenau-Florianópolis, vendo-se, em primeiro plano, o Sr. João Hahn e em segundo plano, logo atrás, o Sr. Theodor Darius, os dois proprietários da E.A.V.C. Déc. 1930.

desse casa e comida e teria tempo para conhecer a realidade da terra e língua do povo. Mas diante a situação, tive que procurar um emprego que atendesse as necessidades básicas da família o mais rápido possível. Por esse motivo tantos outros emigrantes fracassaram. Mas deixemos estes assuntos para um dia comentá-los

pessoalmente.

Devo alegrar-me em dizer-lhes que achei uma solução para estas primeiras dificuldades. Devo isto, primeiramente, à correta educação que recebi de vocês, da escola, nos moídes da disciplina prussiana, mas humana, que vivíamos em casa. Por tudo isso, agradeço-lhes profundamente pois, devido o alto grau de escolaridade, consigo conversar em todos os níveis e não tenho quaisquer presunções, adaptando-me em qualquer ambiente. Com esse preparo recebido foi fácil o contato com todas as camadas sociais e consigo comunicar-me bem com todos.

Enfim, ao assunto. No Rio de Janeiro, como vocês devem saber, ficamos somente duas semanas. A vida lá era muito dispendiosa e assim sendo, viemos a Blumenau. Mas também aqui não foi possível encontrar um ordenado compatível com meu grau de instrução.

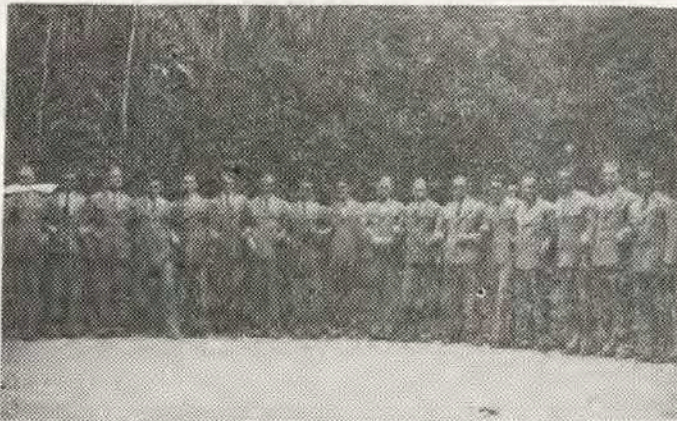
Deixei, então, cair por terra toda e qualquer vaidade, pensando: "Trabalhar não desonra". Comprei um automóvel, aprendi a dirigir e me coloquei ao lado de outros carros de aluguel, esperando por fregueses... Digo-lhes, uma vida realmente amarga não poder aproveitar meus conhecimentos, mas, assim conseguia tirar o pão de cada dia e o meu capital estava empatado de maneira a poder reavê-lo a qualquer hora. Com este serviço tive a oportunidade de aprender a língua do país, fato que me dava grande vantagem sobre muitos imigrantes que chegaram na mesma época e não tiveram essas facilidades o que os condenou a serem simples empregados. Outra vantagem foi me dada pelo automóvel. Com ele podia locomover-me a mui-

tos lugares conhecendo a terra, seu povo e seus costumes. Durante mais ou menos dois anos, levei esta vida quando dei o primeiro passo. A um húngaro chamado João Hahn, juntei meu capital com o dele e compramos um ônibus. Com este, iniciamos uma linha regular de viagens à capital do Estado, Florianópolis. A distância percorrida é de 160 km. Isto foi uma verdadeira revolução no transporte conhecido aqui. O preço de uma passagem de automóvel era de duzentos milréis e de ônibus cobramos trinta milréis. Todos se compadeciam de mim e de nosso pequeno capital. Mas mostramos a eles que uma vontade férrea consegue vencer. Sim, também aqui os amigos me chamam de "teimoso". Sem querer me envaidecer, acho que os amigos usam este apelido como elogio e os inimigos com um certo receio. O povo aqui se admirava de transportarmos pacotes e encomendas sem extraviá-las ou roubá-las. No início fazíamos o trajeto duas vezes por semana, passando logo a seguir para três vezes semanais. O banco daqui nos deu crédito, sem maiores exigências, para comprarmos um segundo ônibus. Logo surgiu a concorrência, provocada pela inveja. Começou então uma luta renhida. Mas como nos mantivemos corretos e pontuais, os nossos compromissos, vencemos após algumas anos. Estendemos nosso trajeto. Passados cinco anos, somos os únicos a percorrer as principais rodovias através de nosso Estado. Trabalhamos com dezessete funcionários, possuímos onze carros que perfazem um capital de mais ou menos duzentos mil marcos. Como aqui ainda não existe concessão para este tipo de transpor-

te, só a nossa garra, sem trégua, garante o nosso êxito. Isto não é fácil. O nosso horário de serviço: de manhã, às sete horas, estou na firma, onde fico até às doze ou treze horas e muitas vezes até às catorze. Faço uma pausa de dez minutos. Entenderam? Dez minutos! Neste breve intervalo vou de carro até em casa, almoço, beijo a mulher e filhos e volto ao escritório. Continuo a trabalhar até às deztoito horas. Uma hora de mesa cativa (Stamm-tisch-Hotel Seifert), onde tomo um chope e em seguida janto em casa. Se tudo der certo, passo meia hora em casa e volto ao serviço até às vinte e duas horas ou mais, dependendo da chegada do último carro.

Dia 27 de agosto.

Somente hoje tenho tempo para prosseguir. É domingo à tar-



Festa dos motoristas - Empresa Hahn & Darius.

de e Paula fez um lanche em casa. (aniversário). Como não sou amigo destas reuniões, estou aqui no escritório para terminar esta carta. Um domingo por mês, pas-

so a tarde no clube local dos atiradores (Schuetzenverein — hoje Tabajara) ou assisto a um jogo de futebol. Mas muitos dos domingos exigem serviços na firma. O que é trabalhar, aprendi aqui no



Ônibus que fazia a rota Porto Alegre - Florianópolis - Blumenau, pertencente a Auto-Viação Catarinense. Déc. 1940.

Brasil. Se eu fosse espregado de uma firma, a vida seria bem mais fácil. O trabalho intenso e responsável que conhecemos na Alemanha ou Estados Unidos, aqui não existe. É isto que dificulta muito a organização de uma firma. Com pessoal não qualificado é difícil trabalhar. Agora, depois de anos, temos uma equipe razoável e nesta equipe um funcionário que nos acompanha desde o início. Compromisso com o dever e responsabilidade é difícil encontrar, o que dificulta a organização das respectivas firmas.

Com os elementos que temos, agora é possível pensar em expandir as linhas e ampliar a nossa frota. Desde a fundação da empresa nós os chefes, não tivemos um dia de

férias pois, com o nosso afastamento, tudo poderia desandar em pouco tempo. Só com uma férrea energia conseguimos que tudo funcionasse satisfatoriamente. Talvez vocês consigam compreender melhor o que quero dizer, informando-lhes a nacionalidade de nossos funcionários: Três alemães, seis teuto-brasileiros, um luso-brasileiro, dois italianos, três húngaros e dois afro-brasileiros. Nem todos falam o vernáculo e outros nem o alemão. Imaginem como é difícil a comunicação entre eles e de um sistema patronal entre chefe e empregado, nem se fala.

E a nossa vida particular? Bem, levamos uma vida bastante simples. Casa alugada, mobiliário simples, porque o dinheiro que entra é aplicado na firma. Nestes primeiros anos, todo o capital foi absorvido pela empresa. Nós sócios temos uma retirada mensal e um extra para tratamento de saúde. Talvez dentro de um ano eu possa comprar um terreno, para futuramente, construir uma casa. Gostaríamos muito mais de voltar à pátria, mas, nas atuais condições reinantes na Alemanha, nem penso nisso. Receio que para nós uma volta seria de difícil adaptação. Aqui se vive em quase total liberdade pessoal, os impostos são razoáveis, diferenças sociais não aparecem, a não ser nas firmas. Nas horas vagas reunimo-nos com cidadãos de todos os níveis. É no esporte, no

teatro, no clube de ginástica, etc. não se pergunta pelo "status", todos são benquistos e tem os mesmos direitos. As mudanças na Alemanha, o tanto que me alegro, também me preocupam. A censura da imprensa, tanto da notícia boa, como da pejorativa, me leva a pensar que se cria novamente uma obediência cega do povo, como era na época do Kaiser Wilhelm. Isto ao meu ver e, a dos meus conterrâneos aqui, é o maior perigo da política de Hitler. Mas deixemos de política. Conosco no momento, em matéria de saúde, está tudo bem. Malária, ninguém da família pegou. Mas Paula teve menos sorte e já foi operada duas vezes este ano. Agora se recupera bem. As crianças são fortes, sadias e bem inteligentes. Heinz é muito esquentado e se alguém o ofende, não perde tempo, avança sem olhar tamanho. Ele não teme castigo pois sabe que o pai, que era assim também o defenderá. Heinz entra na escola após o Natal. Ele já conta até duzentos, tanto em alemão, como em português. Em matéria de automóveis, não há quem possa com ele. Reconhece a marca dos carros pelo barulho do motor, seja Ford, Chevrolet ou Dodge.

Aqui termino e peço que me respondam em breve.

Sinceras recomendações nossas a todos de casa e aos amigos.

(Theodor Darius)

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.

Banespa

Um dos colaboradores nas edições desta revista

Imigração polonesa

HOMENS QUE ATUARAM NA SUA HISTÓRIA

Maria do Carmo R. K. Goulart

1. Zielinski e Saporski — uma dupla do barulho

Na história da transmigração (Colônia Príncipe D. Pedro Curitiba) uma pessoa teve participação decisiva, apesar de discreta: **Antônio Zielinski**. Polonês de Lwów, Antônio já morava na região quando chegaram os primeiros imigrantes poloneses na Príncipe D. Pedro. **Padre**, exercia suas funções como vigário da Paróquia de São Pedro Apóstolo de Gaspar, da freguesia de Itajaí. Foi lá que recebeu a visita de **Sebastião Edmundo dos Saporski** — com o qual discutiu idéias sobre o trabalho da colonização. Ambos estavam interessados em conseguir junto ao Governo Imperial uma concessão de terras para a colonização de imigrantes de sua Polônia. Sabendo que uma leva de colonos já estava prestes a ser encaminhada ao Brasil (onde a Região do Prata atraía por causa do ouro aí existente e onde também o Governo Imperial criara Colônias oficiais com o propósito de ocupação, distribuição e trabalho nas terras devolutas das Províncias do Sul), **Saporski e Zielinski** propõem-se em trazê-los para o Vale do Itajaí-Mirim, animados pelo visita à Colônia Blumenau.

Como Colônia, Blumenau já atraía os olhares curiosos, pois a direção mantinha uma administração com “mão-de-ferro” e a organização e ordem espelhavam na

obra construída pelo Dr. Blumenau. Os efeitos econômicos da colônia que estava com 19 anos em 1869, faziam-se notar e serviam de estímulo a um ideal de imigração — razão maior para Saporski e Zielinski terem abraçado a causa. O Dr. Blumenau era um nome respeitado e como homem público representou papel importante não só na história de sua colônia, mas também na história de Santa Catarina. Daí porque sua autoridade ser respeitada e sua colônia ser tão admirada. Saporski e Zielinski desejavam que a imigração polonesa fosse para lá dirigida, a fim de que seus patriotas participassem das certezas e vantagens daquela colônia.

Mas nem o Governo Imperial e nem o próprio Dr. Blumenau estavam inclinados a isso, tendo em vista um outro ideal de colonização que o Dr. Blumenau defendia, com pessoal trazido da Alemanha, evitando aborrecimentos (já que existia rivalidade entre a Alemanha e a Polônia), assim estabelecendo um núcleo de colônia com o pessoal voltado a um espírito cívico do qual todos compartilhassem; enquanto que o Governo Imperial desejava encaminhá-los para colônias que já estavam necessitando de repovoamento, como era o caso da Príncipe D. Pedro — após a saída dos irlandeses.

Nada disto, porém, se colocava como entrave para a dupla Zielinski e Saporski. No primeiro se-

mestre de 1869 já começavam a demonstrar simpatias em trazer os conterrâneos para terras catarinenses. Através de correspondência encaminhada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, propunham a idéia da imigração para a Província de Santa Catarina. Embora não se tenha registro de tal documento, a resposta veio em data de 11 de maio de 1869, através de aviso do mesmo Ministério, e encaminhado ao Presidente da Província de Santa Catarina:

“Tendo o Padre Antonio Zielinski vigário da Freguesia de São Pedro Apóstolo e Edmundo Wollo de Saporski residente na mesma freguezia pedido terras n'essa Província ou na do Paraná para o estabelecimento de Polacos compatriotas seus que pretendem emigrar a esta Colonia Brusque para o Brazil convem que V. Exa. exija dos petionários não só que escolham a localidade em que terão de fixar-se, como também declararem precisamente com elles alguns dos Agentes do Governo, no caso de decidir-se apresentar-lhes o auxilio do transporte”.

O aviso era transformado em Comunicado a Saporski pelo presidente da Província, Carlos Augusto P. de Abreu:

“Palácio do Governo da Província de Sta. Catharina, em 20 de maio de 1869. Remeto a Vmce. cópia do Aviso do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, datado de 11 do corrente a fim de que

Vmce. me remeta com brevidade os esclarecimentos pedidos a seo respeito no dito Aviso”.

Sugerindo os territórios limítrofes das Colônias Itajahy e Blumenau como apropriados para a colonização, Saporski e Zielinski também haveriam de incluir outro espaço geográfico, já na vizinha Província do Paraná, como propício à colocação dos imigrantes: eram terras às marges da estrada de ferro que ligaria Curitiba à cidadezinha de Rio Ivaí.

2. Quem era e qual foi a atuação de Saporski

Sebastian Wós era filho de um camponês. Nascido em 18 de janeiro de 1844 em Sielkowice, Saporski

“não terminou mais do que algumas séries do ginásio e nunca teve o bacharelato. Isto é um fato provado. Teria freqüentado a escola em Opole e um seminário católico, de onde foi relegado. As causas deste afastamento não são conhecidas. Depois desta expulsão ele foi trabalhador do correio em Opole”. 1

Ao receber um chamado do exército prussiano como recruta, em 1867, Saporski foge para a Argentina onde,

“muda seu nome para evitar a perseguição” 2, adotando o nome de Edmund Zaporski, mais tarde abrasileirado para Saporski.

Em 1869, já na Colônia Blumenau e em Gaspar, ele faz contacto com Zielinski e com Franciszek Mócko — outro homem

que batalhou pela causa da imigração polonesa. Nesta ocasião, Saporski está com cerca de 25 anos, ideais jovens e audaciosos, em pleno vigor para não só discutir-los, como também defendê-los. Na primeira colônia Saporski fora

“engajado pela administração da Colônia como o vigia dos obreiros que construíam a estrada sobre o ribeirão Itoupava”. 3

Depois consta que abre uma escola, talvez na casa de algum colono. Neste tempo o telegrama do Governo da Província de Santa Catarina, datado de 22 de agosto de 1869 ao Diretor da Colônia Itajahy, Sr. Francisco Firmino Corrêa, pedia:

“Informe Vmce. com urgência, a cerca da pretensão de V.S. constante do telegrama junto por copia, ouvindo os Colonos Polacos a que se refere o dito Saporski. Deos Guarde a Vmce.” 4

Wosch, Pollak, Szynowski, Purkott, Kokot, Prudlo, Otto, Stampka, Gbur, Weber, Kania, Pampuch, Wós, Kachel, foram os sobrenomes constantes da lista das famílias chegadas à Vila do Itajahy em agosto de 1869.

Saporski visita os colonos poloneses em **Sixteen Lots** — a linha colonial assim denominada porque eram 16 os lotes que a compunha. Conforme Ferreira da Silva: 5

“Acreditamos que, mais pelos conselhos e insistência de S.S. que pelas dificuldades, perigos e percalços que tives-

sem, por ventura, encontrado para sua acomodação nas margens do Itajaí Mirim, os poloneses passaram a demonstrar o seu descontentamento com as condições a que tinham sido levados”.

A visita de Saporski aos colonos é relatada em suas “Memórias” — escrita aos 79 anos de idade —, cujo original em português foi traduzido para o polonês em 1939 pelo Dr. Apoloniusz Zarychta, da Academia Polonesa de Ciências, e publicado em Varsóvia. Conforme Mrowczynski 6:

“em nossas bibliotecas existem exemplares deste livro, embora a guerra tenha destruído a maior parte desta edição. Até agora (carta datada de 28/4/1973 — observação nossa) nenhum historiador elaborou estas “Memórias” de maneira critica. Nas “Memórias” quase não existem datas e nomes. Por ex.: não há nenhum nome desses homens de Sixteen Lots”.

O certo é que em suas “Memórias”, publicadas no Brasil 7, um nome que aparece é o de Francisco Motzko, antigo conhecido de Saporski.

Ao longo das negociações inavidas para que a transmigração ocorresse, Saporski atuou de maneira sistemática, embora tivesse

“sido alertado quanto ao fato de S.M. não gostar de pedidos dessa natureza” 8,

“pois que existia um decreto sobre o estabelecimento definitivo dos colonos na Colônia Brusque, (...) onde as condições eram tais que os colonos

podiam aclimatar-se aí tão bem como os colonos alemães” 9,

Saporski consegue entregar a petição ao próprio Imperador (este relato segue a descrição dada em suas “Memórias”, já que nada de oficial foi encontrado por nós a respeito) 10.

Em 1870 ele chegou ao Paraná onde tomou as providências para o assentamento dos imigrantes. Todo o trâmite da correspondência e das providências tomadas por Saporski foram abordadas no livro “A Imigração Polonesa nas Colônias Itajahy e Príncipe D. Pedro” 11 e torna-se desnecessário aqui repetir os itens. Apenas ressaltamos que o êxodo da Colônia Príncipe D. Pedro foi quase total: afinal Saporski conseguiu o que desejava — a **transmigração**, mesmo que com métodos pouco oficiais —, dos poloneses para Curitiba. Foi em setembro de 1871 e por causa de desentendimentos Saporski foi por eles hostilizado quando:

“constataram que em realidade não haviam sido preparados quaisquer barracos que pudessem alojá-los adequadamente” 12,

e para o Paraná tinham ido porque constava que havia

“muito serviço de estradas” 13.

Entre solicitações de lotes e requerimentos reforçando os pedidos dirigidos à Câmara Municipal de Curitiba, os poloneses foram se firmando e se garantindo por conta própria, não tendo, no espaço de tempo compreendido

entre 1871/1873, contado com o auxílio de Saporski:

“Um fato, após esta tragédia (os poloneses, quando chegaram a Curitiba, sentiram-se enganados por Saporski — nota da autora), é indubitável: nesse momento os colonos repeliram Saporski e no curso dos seguintes vinte anos ele não tinha quase nenhum contato, não somente com Pilarzinho mas também com toda a imigração polonesa no Paraná. Assim falam as suas “Memórias”. 14

E prossegue **Mrowczynski**:

“Até a última guerra Saporski era conhecido quase que exclusivamente nos círculos eclesiásticos e no consulado polonês em Curitiba. Quase nada era falado sobre ele, porque ainda havia muitos homens que se recordavam dos antigos acontecimentos. Hoje eles não existem mais. Os cronistas então embelezaram os fatos, imaginam os novos e querem — este objetivo é diferente — de um homem certamente de boa vontade, mas pequeno e fraco, criar um Dr. Blumenau polonês. Eles não podem compreender que a História polonesa no Brasil é completamente diferente da história alemã e os heróis também devem ser assim”. 15

Dos colonos reimigrados de Brusque, verificamos que nem todos conseguiram os lotes desejados e/ou requeridos, porém a paisagem de Curitiba e arredores

mudou com a sua chegada, e, conforme Costa 16

“Dentre os descendentes de poloneses que emigraram para o Brasil no século passado, estabelecendo-se em localidades próximas à Curitiba, poucos são os que ainda se dedicam à lavoura. Poucos, também, continuam a vender sua produção como o faziam seus antepassados trazendo, em carroças, seus produtos diretamente ao consumidor.

(...)

E eram as “polacas das carrocinhas” que traziam verduras, frutas a cada porta da cidade”.

Com o passar do tempo cada família assumiu suas funções dentro da comunidade nova que estavam ajudando a formar, dando-lhe peculiaridades que hoje fazem de Curitiba a capital mais polonesa depois de Varsóvia e, principalmente, dando continuidade à heranças que foram essenciais para sua sobrevivência — a sobrevivência do imigrante polonês.

Notas:

1, 2, 3 e 6: Mrówczynski, Boreslau.
14 e 15 Carta endereçada a José Ferreira da Silva referendando a Imigração Polonesa em Santa

Catarina (Arquivo José Ferreira da Silva);

4, 8, 11 e 12: Goulart, Maria do Carmo R. K. “A Imigração Polonesa nas Colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro”. Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1984.

5: Silva, José Ferreira da. “Poloneses no Vale do Itajaí” — *Jornal de Santa Catarina* 7-8/01/1973.

7 e 9: Saporski, Edmundo wos. Memórias, in de Brasileiro-polonesa, Gráfica Vicentina, Curitiba, 1972.

10: Nada consta, por ex., no livro das Correspondências recebidas pelo Governo da Província de Santa Catarina, APESC.

12: Correspondência do Diretor da Colônia Príncipe D. Pedro ao Presidente da Província de Santa Catarina (Arquivo SAB).

16: Costa, Maria Cecília Solheid. “A Chárca e a Carroça: um estudo de padrões de residência e da herança entre colonos poloneses”. Mim. inédito.

O TRABALHO NA PEDRA

Esta exposição foi montada com a intenção de demonstrar como o homem pré-histórico, especificamente do atual território de Santa Catarina, utilizava a matéria-prima lítica (pedra) para fabricação de seus instrumentos. Não nos restringimos somente a uma amostragem de peças, mas nos propomos a evidenciar que a produção destes instrumentos implicava numa série de conhecimentos que vão desde

aqueles relacionados às propriedades das diversas matérias-primas encontradas na natureza até as diferentes técnicas de fabricação dos artefatos líticos.

Segundo John Coles 1973, "os instrumentos de pedra e seus restos, são, de longe, os vestígios arqueológicos mais abundantemente revelados, apenas rivalizados, nos últimos períodos pré-históricos, pelos fragmentos de louça de barro. Sem dúvida que o equipamento primitivo do homem era constituído por materiais de pedra, osso e de madeira, mas, devido aos agentes de ruína e erosão, apenas as pedras sobreviveram em talvez 99% dos locais. Conseqüentemente o equipamento de pedra assume grande importância para os estudos sobre o homem primitivo...".

Trata-se aqui de salientar importantes aspectos do estudo da indústria lítica, como matéria-prima, técnica de fabricação, forma e uso. Para destacar tais aspectos estamos expondo artefatos provenientes de sítios arqueológicos de diferentes regiões do Estado de Santa Catarina (sítios de: Congonhas, Perrihil II, Carniça, Ponta das Canas, Samambaia, Casa Grande, Morro do Bode, Morrinho, Passeio Gerônimo Coelho, Alto Vargem, Pombas, Pombinhas II e IV, Ilha Grande, Figueiredo I, III, IV e V, Santana, Rio Plate II e III, Trocador, Espinheiro, Laguna, Enseada I, Mirim, Mirim IV, Taquara, Manso II, do Alto Jararaca e do Engano II, Rio Lessa, Trombudo IV, Santa Rita).

Esta exposição foi organizada pelos estagiários: Cecília Brown Teixeira, Dieter Félix Wolf, Dione da Rocha Bandeira, Kátia Rodrigues da Fonseca, Luiz Carlos Randon, Madalena Velho do Amaral e Rodrigo Lavina, do Setor de Arqueologia do Museu Universitário.

(UFSC)

L I V R O S

BRASIL QUANDO JOSÉ

Com uma dedicatória que muito nos honra e sensibiliza, recebemos do caríssimo amigo e colega Marcos Konder Reis, a sua última notável obra recém-lançada pela Editora Cátedra — BRASIL QUANDO JOSÉ.

São reminiscências históricas ou a própria história do Brasil, desde o primeiro século de descobrimento, evocadas em prosa e verso, com aquela invejável capacidade e sensibilidade que caracteriza o grande poeta, a nos transportar, através das páginas deste livro, àqueles tempos em que o Brasil engatinhava, crescia, agigantava-se e transformava os sonhos de tantos em realidade. Uma obra que deve ser lida com carinho, porque com ela aprenderemos muito da nossa história, vivendo ao mesmo tempo a emoção da poesia de Marcos Konder Reis. Ao grande amigo, que nunca nos esquece, o nosso abraço e o — sempre grato — José.

— DIA 2 — Em sessão solene realizada no Auditório do Palácio Cruz e Sousa, em Florianópolis, foi homenageado o catarinense Nereu de Oliveira Ramos, por ocasião do registro de seu centenário de nascimento. Foi palestrante o Prof. Dr. Carlos Humberto Corrêa, seguindo-se o lançamento do livro "Nereu Ramos" e abertura de exposição alusiva ao homenageado.

* *

— DIA 4 — Tendo por local de concentração a Prainha de Porta Aguda, foi realizada a Gincana "S.O.S. Rio Itajaí", uma promoção que, apesar das chuvas, levou àquele local muitos participantes e pessoas que apoiaram a iniciativa. O vencedor foi o menino Dorizetti Finardi, de 13 anos, que durante o prazo de 1,30 horas coletou um considerável lote de dejetos sólidos do rio, entre os quais diversas latas de óleo e baterias de automóveis. A promoção serviu para alertar a população sobre a necessidade de proteger o nosso rio.

* *

— DIA 6 — Foi aberta, em solenidade bastante concorrida, no Mausoléu Dr. Blumenau, a 68.^a Exposição de Orquídeas, promovida pelo Círculo de Orquidófilos de Blumenau e cujo evento contou com a participação de 74 expositores.

* *

— DIA 8 — Tendo por local o Saguão da FURB, foi aberta, às 19,30 horas, a Coletiva dos Artistas Plásticos de Balneário de Camboriú, uma promoção da Divisão de Promoções Culturais da FURB. Na ocasião foi oferecido um coquetel aos presentes. — Os artistas que expuseram foram: Ana Fogaça, Augusto, Vernal, Ciela, Dirce, Elda, Ivan, Lilian, Mara, Maria Fiorenzani, Marlene, Noronha, Roberto Guedes, Sandra e Vera Dornbusch.

* *

— DIA 11 — Perante grande número de pessoas, o prefeito Dalton dos Reis presidiu a solenidade de inauguração de quatro novas salas de aula, cozinha e sanitários, na Escola Básica Municipal Alberto Stein, à Rua General Osório, bairro da Velha. Com a inauguração, aquela escola municipal transformou-se numa das maiores e mais completas da rede municipal de ensino.

* *

— DIA 14 — Segundo a imprensa local, até esta data, o corpo de bombeiros de Blumenau já havia, no espaço de oito meses — janeiro a setembro, atendido 141 casos de queimadas no município.

— DIA 15 — Perante autoridades e convidados, a Fundação “Casa Dr. Blumenau” inaugurou uma secção bibliográfica dedicada especialmente a deficientes visuais, que, a partir de então, passaram a ter sua biblioteca pelo sistema Braille e, mediante convênio, também foi adaptada com máquina especial para a escrita em Braille, assim como regletes e outros materiais.

* *

— DIA 16 — Na Biblioteca Central Prof. Martinho Cardoso da Veiga, FURB —, realizou-se o coquetel de lançamento dos escritores: “Sonhos de Criança”, de Anamaria Kovács; “Me Vestem prá Dujon”, de José Endoença Martins e “Opressão e Depredação”, de Sálvio A. Müller.

* *

— DIA 17 — Na Escola Básica Municipal General Lúcio Esteves, bairro da Escola Agrícola, realizou-se a inauguração de cinco novas salas de aula, sanitários e área de circulação, com o que aquele estabelecimento de ensino adquiriu condições excepcionais para absorver maior número de alunos matriculados. O ato foi presidido pelo prefeito Dalto dos Reis.

* *

— DIA 23 — Realizou-se às 18,30 horas, a inauguração das novas instalações da Loja Matriz da Livraria Alemã, situada à rua Dr. Amadeu da Luz. Na oportunidade também foi lançado o livro “Blumenau, a Loira Cidade do Sul” um álbum sobre a cidade. O acontecimento contou com a presença de numerosos convidados.

* *

— DIA 23 — Sob os auspícios da “Alliance Française”, foi realizado o coquetel de abertura da exposição do artista plástico Roy Kellermann, cuja solenidade deu-se nas dependências da escola, à rua Frederico Guilherme Busch Júnior.

* *

— DIA 23 — A artista Carmen Zanchi, abriu sua exposição na FURB, sob o apoio da Divisão de Promoções Culturais daquela universidade. O ato inaugural teve lugar na Biblioteca Central “Prof. Martinho Cardoso da Veiga”.

* *

— DIA 29 — Na Biblioteca da Sociedade União Juventus, de Curitiba, foi realizada a solenidade de lançamento do livro “A Imigração Polonesa em Brusque, — Um Recorte Histórico” — e a apresentação do livro “A Imigração Polonesa nas Colônias de Itajahy e Príncipe Dom Pedro”, ambos em noite de autógrafos pela autora, a catarinense Professora Maria do Carmo Ramos Krieger Goulart, destacada colaboradora de “Blumenau em Cadernos”.

Videira resgata a memória histórica, inaugurando o Museu do Vinho

José Gonçalves

A preservação da memória histórica de uma cidade, reflete, sempre, a preocupação do governo e do povo de transmitir, para as gerações futuras o que no passado foi construído.

Esta preocupação também foi a tônica na administração do Prefeito Gabriel Bogoni, e do Vice-Prefeito Wilmar Carelli, de Videira, às margens do Rio do Peixe, um município que tem se destacado, desde sua fundação e nos primórdios de sua colonização, pelo cultivo de vinhas e grande produção de vinhos. Esses vinhos, ao correr dos anos, com o aperfeiçoamento técnico próprio da evolução tecnológica, foram alcançando elevado nível de qualidade e, nos dias de hoje, são produtos requisitados em todos os ambientes festivos do país, pela qualidade que oferecem.

Considerando tais fatores e, no sentido de preservar hoje, para o futuro a memória histórica de Videira no que concerne a este campo de trabalho e produção, o poder executivo de Videira, apoiado por produtores não só daquele município, que é líder na região, mas de outros municípios vizinhos, desmembrados ao longo dos anos de Videira, conseguiu reunir admirável quantidade de materiais desde os mais primitivos em que se produzia o vinho há dezenas de anos passados, criando, com isso, um museu que dá a todos que o visitam a clareza do quanto de dificuldades enfrentaram os produtores no começo de seu trabalho há dezenas de anos passados.

O ato de inauguração do Museu do Vinho aconteceu no dia 23 do corrente mês, cuja solenidade realizou-se no Centro de Cultura, em face do mau tempo reinante, porque o programa deveria ser cumprido ao ar livre, ao lado da casa do Museu, mas que as chuvas não o permitiram. Na oportunidade, o prefeito Gabriel Bogoni disse de sua alegria e da de todo o povo de Videira e das outras localidades que no ato se faziam representar e que contribuíram para o enriquecimento do acervo, afirmando que foi um esforço conjunto de todos em favor de muitas e muitas gerações que ao longo dos próximos anos haveriam de se orgulhar deste trabalho e iniciativa.

O prefeito Bogoni esteve assessorado pela Professora Maria da Graça Vieira, diretora do Centro Cultural de Videira e outras pessoas que muito colaboraram para o êxito do empreendimento e o cumprimento do programa elaborado. Após as primeiras solenidades, os convidados foram conduzidos à casa que se acha instalado o Museu, para a visita às várias dependências, causando a todos a mais grata impressão pela sua organização e riqueza de detalhes da evolução técnica na produção do vinho.

Ainda como parte do programa, foi realizado o Baile do Vinho e do Chester, no Clube Vitória, cuja reunião social alcançou o mais amplo sucesso.

No dizer, ainda, do prefeito Bogoni, "com este ato, hoje, que-

remos resgatar parte da história do nosso povo, enriquecendo-a, imprimindo-a. E é assim que nasce o Museu do Vinho”.

No convite expedido para a solenidade, diz-se: “O vinho, cantado em todos os tempos e todas as linguas, tem sido motivo de inspiração nos povos antigos e modernos. Artistas, escritores e poetas, deleitaram seu paladar e soltaram sua imaginação...”

De Gincanas ao Museu

O Centro Cultural de Videira, a capital do vinho catarinense, promoveu, em 1983, a Campanha de fotos antigas. Com essa campanha obteve bons resultados. O acervo é composto por fotos que hoje são o registro vivo da história Videirense. Esta iniciativa trouxe a idéia de outra promoção: Em 1988, foi promovida a Primeira Gincana da Memória, complementando a Campanha de fotos. Mas, já em 1986, outra iniciativa foi adotada: A Gincana do Vinho em Videira, promovida também pelo Centro Cultural, com o objetivo de resgatar a memória da indústria do vinho. As equipes participantes foram responsáveis pelo acervo que existe hoje, dando condições de se organizar o Museu do Vinho, único do gênero no Estado de Santa Catarina.

O Museu do Vinho, inaugurado no dia 23 do corrente mês de Outubro, é, sem dúvida, o registro vivo da tecnologia do vinho. A partir de uma proposta feita pela Administração do prefeito Gabriel Bogoni e do seu companheiro e vice-prefeito Wilmar Carelli, por ocasião da restauração da antiga Casa Canônica, local do Museu ora instalado, tudo foi se realizando com segurança e entusiasmo. Num esforço conjunto com o Conselho Municipal de Cultura foi-se levando a efeito a concretização deste projeto amplo que relacionava, desde o início esses objetivos:

— Apresentar de maneira dinâmica as técnicas empregadas pelos imigrantes nas suas produções de vinho.

— Promover estudos sobre vários aspectos deste sistema produtivo e suas relações.

— Atuar como centro catalizador das diversas manifestações culturais da região, propiciando sua revitalização e divulgação.

O processo de organização, envolve sete municípios, sendo: Videira, Pinheiro Preto, Tangará, Rio das Antas, Caçador, Salto Veloso e Arroio Trinta.

O Museu do Vinho, enquanto regional, cumpre seus objetivos de expor a história natural e cultural destes municípios e ao mesmo tempo procura prestar serviços tanto para o público de passagem como à comunidade local.

As instalações do Museu do Vinho estão assim distribuídas: No porão, Exposição de instrumentos de trabalho da cantina. No andar térreo, Sala de Exposição, seqüências de cultivo à vinificação; Biblioteca Dr. Mário de Pelegrini e Posto de Vinhos. No 1.º andar, Setor Administrativo, Sala dos Municípios, Sala da Memória Casa Canônica e Sala do Acervo Técnico. No sótão, Atelier Artístico.

FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

Instituída pela Lei Municipal nr. 1835, de 7 de abril de 1972.
Declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nr. 2.028, de 4/9/74.
Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nr. 6.643, de 3/10/85.
Registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural do Ministério da Cultura, sob o nr. 42.002219/87-50,
instituído pela Lei 7.505, de 2/7/86.

S9015 B L U M E N A U

Santa Catarina

INSTITUIÇÃO DE FINS EXCLUSIVAMENTE CULTURAIS

SÃO OBJETIVOS DA FUNDAÇÃO:

- Zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural do município;
- Organizar e manter o Arquivo Histórico do Município;
- Promover a conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore regional;
- Promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do Município;
- Criar e manter museus, bibliotecas, pinacotecas, discotecas e outras atividades, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural;
- Promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município;
- A Fundação realizará os seus objetivos através da manutenção das bibliotecas e museus, de instalação e manutenção de novas unidades culturais de todos os tipos ligados a esses objetivos, bem como através da realização de cursos, palestras, exposições, estudos, pesquisas e publicações.

A FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU", MANTÉM:

Biblioteca Municipal "Dr. Fritz Müller"
Arquivo Histórico "Prof. José Ferreira da Silva"
Museu da Família Colonial
Horto Florestal "Edite Gaertner"
Edita a revista "Blumenau em Cadernos"
Tipografia e Encadernação

CONSELHO CURADOR: Presidente — Afonso Rabe; vice-presidente
— Antonio Pedro Nunes.

MEMEROS: Elimar Baumgarten — Rolf Ehlke — Nestor Seára Heusi — Ingo Wolfgang Hering — Martinho Bruning — Urdá Alice Klueger — Frederico Blaul — Frederico Kilian — Olivo Pedron.

DIRETOR EXECUTIVO: José Gonçalves

MUITA GENTE QUE FEZ A HISTÓRIA COLONIZADORA EM NOSSA REGIÃO, JÁ VESTIA A MACIEZ DAS CAMISETAS E ARTIGOS HERING.

QUANDO SE FALA NA HISTÓRIA DE NOSSOS PIONEIROS, LEMBRA-SE DOS IRMÃOS HERING, QUE HÁ MAIS DE CEM ANOS INSTALARAM A PRIMEIRA INDÚSTRIA TÊXTIL EM BLUMENAU.

HOJE "BLUMENAU EM CADERNOS" E A HERING TÊM MUITO EM COMUM. ACREDITAMOS NA NOSSA TERRA E NOS VALORES DA NOSSA GENTE.



Cia. Hering
BLUMENAU - SANTA CATARINA